A ordem é votar o sistema de governo, sem descuidar do mandato. E começam as manobras, com pedidos de destaque.

Os números não coincidem. Parlamentaristas e presidencialistas entram, hoje, no plenário convencidos ou, pelo menos, alar-deando a vitória das suas posições. Não existe nenhuma grande manobra a executar, pois os presidencialistas votarão a favor da emenda do senador Humberto Lucena (a primeira a ser examinada) e os adeptos do sistema de gabinete ficarão contra. Apenas o líder governista, Carlos Sant'Anna, armou uma estratégia destinada a aperfeiçoar a proposta presidencialista, através de pedidos de destaque, com vistas também a assegurar cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

Os parlamentaristas votarão contra a emenda Humberto Luce-na (PMDB-PB), inclusive aqueles ligados ao líder Mário Covas e que na semana passada admitiram a possibilidade de se abster para avaliar, através da análise da folha de votação, se notórios presidencialistas mudaram de posição. Se isso acontecesse, ficaria com-provada a existência de um acordo com o governo para aprovar o parlamentarismo, com cinco anos de mandato para o atual e futuro presidentes, o que os levaria a apoiar a proposta Lucena. O grupo mudou de posição no

último final de semana, quando foi desmentido qualquer acordo nesse sentido, ficando evidenciado que o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães não estavam combinados para forçar a aprovação do regime de gabinete, com cinco anos de mandato. Configurada a inexistência de entendimento, os parlamentaris-tas votarão contra a proposta de Lucena, que consolida várias outras e preconiza cinco anos de mandato. Por medida de precaução, destacaram o dispositivo que trata do assunto, para derrubá-lo, aprovando os quatro anos.

Parlamentaristas

Contra a emenda Humberto Lucena votarão o líder Mário Covas e seu grupo, além dos inte-grantes do Movimento de Unida-de Progressista (MUP), que se dividem com relação à data da implantação do novo regime. Quase todos são a favor dos quatro anos de mandato, seja para o atual ou para o futuro presidente da Repú-blica, mas nem todos querem a vigência imediata do novo sistema, logo depois da promulgação da nova Constituição. Muitos ad-mitem a adoção do regime depois do término do período do governo

Sarney.

Votarão ainda contra a emenda do presidente do Senado três representantes do PCB, 32 do FFL, seis do PSB e cinco do PC do B. O PDC está dividido, com quatre parlamentaristas e apenas dois presidencialistas, mas a bancada se reúne ainda hoje e deve ficar contra a emenda Humberto

Lucena. No total, segundo estimativas de articuladores do parla-mentarismo, 274 peemedebistas ficarão contra a proposta presidencialista.

A posição do deputado Ulysses Guimarães com relação ao assunto continua uma incógnita. Seus amigos asseguram desco-nhecer sua disposição diante da votação da emenda Humberto Lucena, mas pelo menos um dos mais chegados, o vice-presidente da Constituinte, senador Mauro Benevides, não esconde que votará hoje a favor da proposta. A impressão de muitos peemedebistas é de que Ulysses desistiu de lutar pela aprovação da emenda parlamentarista, com cinco anos de mandato para Sarney, depois de ter sido desmentida, por porta-vozes do Planalto, a existência de um acordo nesse sentido. De qualquer forma, jamais se saberá a po-sição verdadeira do velho parlamentar, que vem se abstendo de todas as votações.

Presidencialistas
O Centro Democrático do
PMDB — cerca de 60 parlamentares - votará a favor da emenda Humberto Lucena, segundo informou um dos coordenadores do bloco, o deputado Expedito Ma-

Ontem, com sete outros representantes do grupo, Expedito Ma-chado teve um almoço-reunião com os ministros Borges da Silveira e Prisco Viana para uma avaliação final do quadro. Eles concluíram que a maio-ria é presidencialista e defende

cinco anos para José Sarney.

Presidencialistas em função de uma decisão partidária, 16 re-presentantes do PT votarão a fa-vor da emenda Humberto Lucena, a despeito do líder na Constituinte, Luís Inácio Lula da Silva, ter apresentado sua própria proposta sobre o assunto. Até ontem, um grupo de peemedebistas que de-fende o parlamentarismo tentava um acordo com o PT para que sua bancada se abstivesse de votar a favor da emenda Humberto Lucena, facilitando a adoção do parlamentarismo. Quatro petistas — Luís Inácio Lula da Silva, Irma Passoni, Plínio de Arruda Sam-paio e João Paulo — são doutrinariamente adeptos do regime de gabinete, mas acataram a decisão da convenção. A sugestão chegou a atraí-los, mas no final da tarde houve uma manifestação final: to-dos votarão a favor do presiden-

Também a favor votarão os 24 representantes do PDT, menos a deputada Moema São Thiago, que é parlamentarista. Mas todos são a favor dos quatro anos, seja para o atual ou para o futuro presidente da República. A maioria expressiva do PL, com sete representantes, vai apoiar a emenda presidencialista e apenas o depu-

tado José Carlos Coutinho, do Rio de Janeiro, ficará contra. O parti-do se divide com relação à duração do mandato, mas o deputado Afif Domingos acredita ser majoritária a posição a favor dos quatro anos para todos os presi-

Divididos

A divisão causada pela dis-cussão da matéria atinge apenas o PMDB, onde 274 dos 292 representantes são "supostamente" parlamentaristas, ou ao PFL, cujos líderes asseguram que 100 são a favor do presidencialismo. No total, o PFL tem 132 parlamentares. O PDS, com seus 36 parlamentares também está dividido. No Senado, todos os seus representantes (seis) são presidencialistas, con-forme o líder Jarbas Passarinho. Mas o quadro é diferente na Câmara. O líder na Casa, deputado Amaral Neto, explicou que até o final da semana dois terços da bancada eram presidencialistas e, dos definidos, dois terços favoráveis aos cinco anos para todos os presidentes. No conjunto, ele calcula que 12 são parlamentaris-tas e 24 presidencialistas.

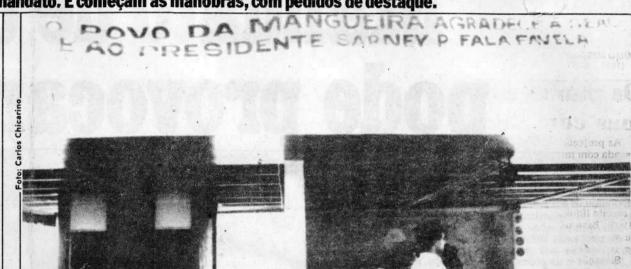
O senador José Agripino Maia (PFL-RN) informou ontem que um grupo "expressivo" de presidencialistas vai descarregar seus votos na emenda parlamentarista, se o presidencialismo não conseguir hoje os 280 votos necessários para sua aprovação. O grupo quer evitar a negociação de um sistema híbrido de governo, na hipótese da matéria cair no chamado "buraco negro".

"Vamos definir logo o sistema de governo — explicou —, seja presidencialista ou parlamentarista, para que não ocorra o pior, ou seja, a aprovação de um siste-ma com polarização de poder." A crise política e econômica é tão grande, na opinião do senador, que o País não suportaria um sistema híbrido. "Se com apenas um mandando já está difícil, imagine então um governo com lutas dis-tintas de disputas de poder" ressaltou.

José Agripino disse que conversou ontem com vários presidencialistas convictos e todos eles estão convencidos da necessidade de se definir o mais rápido possível o sistema de governo. Se nenhuma das emendas, presidencialista e parlamentarista, alcançar os 280 votos, a caracterização do "buraco negro", vai fatalmente, segundo previu o senador, levar os constituintes a negociarem um sistema intermediario, que seja capaz de atender às duas cor-

rentes.

"Isto seria terrível para o
País. A duplicidade de funções e a
luta pelo poder iriam descaracterizar o sistema híbrido, levando o
governo para o caos. Não podemos permitir que isso aconteça' - salientou José Agripino.



Vale tudo. Até levar favelados a Brasília.

Favelados do Rio de Janeiro, a convite do governo federal, lotaram dez ônibus, ontem à noite, para viajar a Brasília, oficialmente, com o objetivo le participar de um congresso de associações comunitárias. Mas, como admitiu o presidente da Associação dos Moradores do Morro do Borel, a viagem tinha um outro objetivo: a manifestação, nas galerias do Congresso, a favor do

Na Mangueira, agradecimentos a Sarney.

presidencialismo e dos cinco anos de mandato presidencial. Em troca desse apoio, as comunidades seriam atendidas. em tempo recorde, em todas as suas reivindicações. A ida dos favelados muitos deles desabrigados pelas chuvas — a Brasília foi organizada pela Secretaria de Ação Comunitária, Seac, órgão do govero federal responsável pelo projeto

Fala Favela, de modernização e assistência às populações carentes do Rio. A princípio as associações de moradores dos morros do Borel, Rocinha, Vidigal e Mangueira não se surpreenderam com o convite do secretário Nélson Proença, titular da Seac. A coisa só começou a parecer estranha em função das mordomias oferecidas.

epois do fracasso do preten-dido acordo pelo parlamentarismo e mandato de cinco anos para Sarney — muitos líderes garantem que havia sinal verde do chefe do governo e de Ulysses Guimarães —, presidencialistas e parlamentaristas estão intensificando o cerco aos indecisos, os que preferem ficar em ci-ma do muro. Ministros e governa-dores estão mobilizados na

Um dos mais chegados amigos do presidente da República e seu ex-auxiliar revelou que a dificul-dade na avaliação é a posição dos "presidencialistas" e dos "parla-mentaristas", isto é, os que não têm convicção presidencialista nem parlamentarista. Declaramse indecisos ou anunciam esta ou aquela preferência para valorizar o voto até a hora final de apertar o botão do sistema eletrônico.

Com relação à posição dos go-vernadores, presidencialistas e parlamentaristas contam com 9 apoio de muitos deles. Os presidencialistas garantem que os governadores, com raras exceções, estão solidários com Sarney. "Mais de 10 já chegaram e outros chegarão hoje, para reforçar o apoio ao presidente" — disse ris-

Alguns dos governadores cita-

Governadores e os indecisos, fazendo a balança pender.

dos por ministros como solidários com Sarney são também mencionados pelos parlamentaristas co-mo aliados. O senador José Richa, um dos líderes do grupo parla-mentarista, tem mantido contatos telefônicos com vários deles e estava confiante. Nas duas listas há nomes repetidos — apoiando o presidencialismo e apoiando o parlamentarismo.

Jereissati, por exemplo, consta da relação do Planalto como a favor do presidencialismo e dos cinco anos. Na lista dos parlamentaris-tas, o governador do Ceará é apontado como aliado - teria liberado cinco anos para Sarney, mas não está pedindo votos ao presidencialismo — dizem os mineiros. O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, também teria deixado a bancada à vontade.

com quatro anos para Sarney. O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, parlamentarismo com cinco anos. O de São Paulo, Orestes Quércia, presidencialismo e cinco anos, e o de Goiás, Henrique Santillo, parlamenta-rismo e mandato de cinco anos para Sarney.

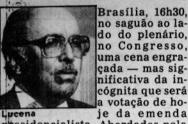
dir Pires, apóia parlamentarismo

Confiança

A divisão está cada vez mais evidente. No Planalto, na manhã de ontem, o presidente Sarney, após conversas com os líderes arlos Sant'Ana, José Lourenço e Saldanha Derzi e com alguns ministros, reafirmou sua confiança na vitória do presidencialismo. O ministro Prisco Viana, depois do encontro com o presidente da Re-pública, comentou: "A situação é de tranqüilidade quanto ao mandato de cinco anos e de confiança com relação ao presidencia-

dor Humberto Lucena, o que foi contestado pelo senador José Ri-cha e pelos deputados Pimenta da Veiga e Sandra Cavalcanti. "Os presidencialistas não têm 250 votos. Nós temos quase 270 votos, hoje" — revelou Richa.

O grito é um só, mas vem de ambos os lados. E a guerra dos números.



je da emenda presidencialista. Abordados pela imprensa, Humberto Lucena (presidente do Senado e autor da emenda que será posta em votaoão) e Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, davam entrevis-tas, lado a lado. "Não estou preodupado com a possibilidade de surgimento do buraco negro, porque a emenda presidencialista se-ră rejeitada", dizia Covas a um grupo de jornalistas. Ao seu lado Lucena garantia a outros repórteres: "Já ganhamos. A emenda presidencialista terá cerca de 320

A cena sintetizou, com perfeição, a guerra de números travada entre os dois grupos. Após uma reunião de avaliação "dos estragos promovidos nas últimas 72 horas pelo acórdão de parlamentarismo com cinco anos", como explicou o deputado Maurílio Fer-reira Lima (PMDB-PE), os presidencialistas divulgavam números otimistas. O líder do PDT, Brandão Monteiro, disse que a emenda Lucena deve alcançar entre 300 e 320 votos. O parlamentarista senador José Richa (PMDB-PR) duvidou. Para ele a emenda presidencialista terá, no máximo, "250 vo-tos com muito boa vontade".

Na avaliação de Brandão Monteiro, o PDS dará ao presidencialismo 23 votos, o PTB 17, PT 16, PDT 24, PFL 100, PDC 3 e PMB 1, que serão somados aos cerca de 100 do PMDB, garantindo a aprovação da emenda.

Tão otimista quanto seus opositores, José Richa afirmou que a aprovação do parlamentarismo dependerá, apenas, do tratamento regimental que for dado à votação: "Se o presidente Ulysses Guimarães votar imediatamente após derrota da emenda presidencialista, como deve ocorrer, já que as duas são coletivas e têm votação preferencial, a vitória será ex-pressiva", disse apesar de temer que Ulysses decida dar 24 horas de intervalo entre uma votação e

Também o vice-líder do PFL deputado Alceni Guerra, comemorava discretamente, por ante-cipação, a mudança do sistema de governo. Em conversa com o sena-

dor José Richa, Alceni Guerra ficou a par dos cálculos do grupo parlamentarista, dando conta de que, apenas no PMDB, já há garantia de um mínimo de 200 votos favoráveis: "É possível sentir mais confiança nos parlamentaristas, enquanto os que apóiam o presidencialismo não escondem sua preocupação com o que vai acontecer nesta terça-feira, disse, prevendo que "deve dar parlamentarismo com cinco anos"

Para Alceni Guerra, "os presidencialistas favoráveis aos cinco anos servirão agora como massa de manobra para essa duração de mandato com parlamentarismo, assim como foram massa de manobra os parlamentaristas de quatro

"A emenda passa"

Em outra reunião de avaliação, feita à noite no gabinete do senador Humberto Lucena, com líderes presidencialistas do PDS, PMDB, PT, PDT e PFL, o grupo chegou à conclusão de que terão a vitória por uma margem de 45 a 55 votos. Admitem, contudo, que a emenda talvez não seja aprovada na primeira votação, hoje, mas certamente passará na quartafeira: "Na segunda época, a emenda passa", garantiu o senador Jarbas Passarinho (PDS). A presença dos governadores em Brasília (ver matéria na página 3) foi considerada decisiva por muitos presidencialistas, embora nem todos se vangloriassem disso.

A verdade é que a estratégia usada pelos governadores irritou profundamente os parlamentaristas. O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), disse que o governa-dor mineiro Newton Cardoso "veio fazer agrados e ameaças, mas mesmo assim ficará com a minoria da bancada". Segundo ele, dos 37 peemedebistas mineiros, 22 são parlamentaristas. O senador José Fogaça acha que a pressão dos governadores chegou a provocar um estado de indefinião entre as bancadas de Minas Gerais, Ceará e Pará, mas não produziu reflexos graves nas bancadas de Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul

Mais irritada que todos, a deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) ameaçou: "Se os governadores utilizarem seu poder de pressão para arrebentar com setores parlamentaristas, eu me comprometo a dar o troco, reunindo muitos colegas na hora da votação da distribuição de renda e fundo de participação para os Estados e

municípios", disse garantindo que fará questão de ver os governadores continuarem obrigados a ir a Brasília de pires na mão pedir dinheiro para resolver seus pro-blemas de caixa: "Vamos arre-bentar com eles", prometeu.

Presença recorde

A expectativa é de que a votação de hoje consiga um recorde de presença: apenas 16 dos 559 constituintes estavam ausentes de Brasília ontem. Mesmo assim, o deputado Rodrigues Palma (PMDB-MT) acredita que nenhuma das emendas (presidencialista e parlamentarista) conseguirá os 280 votos para aprovação em plenário: e se houver uma vencedora será com pouca margem de diferença, o que a tornará suscetível a "bombardeios de todos os lados"

Mesmo assim, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhaes, insistiu: "Presidencialismo com cinco anos. Essa é a manifestação que valerá amanhã, nas votações". Ele se recusou a considerar a possibilidade de uma impasse: "Eu acho que não haverá împasse, de maneira que não pensei em como resolvê-lo".

Para o presidente da CUT, porém, Sarney tem que deixar o go verno já. Jair Menegueli, que desembarcou pela manhã em Cumbica, vindo da Austrália, disse que é "por três anos de mandato, com eleições diretas já e defendo o presidencialismo, porque não quero eleger a rainha da Inglater-". Mas o líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, acha que existe mesmo um acordo fechado entre o deputado Ulysses Guimarães e o presidente Sarney, a fim de garantir o parlamentarismo com cinco anos, ou "na pior das hipóteses, um presidencialismo mitigado, também com cinco anos para Sarney

Por isso, o presidente nacional do PT, Olívio Dutra, divulgou nota repudiando o acordão e reiterando sua disposição de lutar pelos quatro anos. Segundo Olívio Dutra, o PT não aceita "o conchavo que tenta fazer o Congresso aprovar cin-



co anos com desculpa de parlamentarismo". Para ele, "é into-lerável a perspectiva de mais de um ou dois anos de governo Sarney

O governador do Ceará, Tasso sua bancada. O governador New-ton Cardoso defende mandato de

O governador da Bahia, Wal-

O líder José Lourenço previu pelo menos 306 votos a favor da emenda presidencialista do sena-